



Art. 1º Determinar a suspensão dos atos, prazos processuais, audiências e do atendimento externo nas Unidades Judiciárias da Comarca de Santana do Ipanema, nos dias 05 e 06 de fevereiro do corrente ano, ressalvadas as urgências e permanecendo o funcionamento do balcão virtual.

Art. 2º Este Ato Normativo entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO TOURINHO DE OMENA SOUZA
Desembargador-Presidente

EDITAL DE CIÊNCIA DE ELIMINAÇÃO DOS PROCESSOS JUDICIAIS
N. 01/2024

O Presidente da Comissão Permanente de Avaliação Documental e Gestão Documental, designado pela Portaria n 1004, de 13 de abril de 2023, publicada no Diário Oficial Poder Judiciário, de 14 de abril de 2023, de acordo com a Listagem de Eliminação de Documentos n. 01/2024, aprovada pela arquivista Suliane Barros Leal, faz saber, a quem possa interessar, que, transcorridos quarenta e cinco dias da data de publicação deste Edital no Diário Oficial Poder Judiciário, se não houver oposição, o Arquivo do Judiciário eliminará os documentos relativos à Execução Fiscal - Municipal, do período de 1993 a 2011, do 14º Vara Cível da Capital Fazenda Municipal.

Os interessados, no prazo citado, poderão requerer, às suas expensas, o desentranhamento de documentos ou cópias de peças do processo, mediante petição, com a respectiva qualificação e demonstração de legitimidade do pedido, dirigida à Comissão Permanente de Avaliação Documental e Gestão Documental.

Maceió, 29 de Janeiro de 2024.

Des. Fernando Tourinho de Omena Souza.
Presidente do Tribunal de Justiça de Alagoas

ATO NORMATIVO CONJUNTO Nº 01, DE 23 DE JANEIRO DE 2024

EXCLUI OS FEITOS DE EXECUÇÃO FISCAL DA 4ª VARA CÍVEL DE ARAPIRACA DOS INDICADORES 1 E 3 DO ANEXO I – INDICADORES DE DESEMPENHO, DO ATO NORMATIVO CONJUNTO Nº 03, DE 04 DE MAIO DE 2023 E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS e o CORREGEDOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO que a Resolução TJAL nº 08/2023 redefine a Aferição Padronizada Juízo Proativo e disciplina que por Ato Normativo Conjunto da Presidência e Corregedoria-Geral da Justiça serão estabelecidos os indicadores de desempenho, as metas a serem alcançadas e os critérios de avaliação;

CONSIDERANDO o processo administrativo OUTROS PROCEDIMENTOS 2023/4940 em que houve a decisão da Presidência no sentido de excluir os processos com natureza de execução fiscal da 4ª Vara Cível de Arapiraca dos indicadores 1 e 3;

RESOLVE:

Art. 1º Ficam excluídos os feitos de execução fiscal nos indicadores 1 – Índice de Atendimento à Demanda e 3 – Taxa de Produtividade de Julgados da 4ª Vara Cível de Arapiraca.

Art. 2º Este Ato Normativo Conjunto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao ano de 2023, devendo-se as unidades técnicas responsáveis adotarem as providências necessárias à aplicação das pontuações e ajustes de relatórios gerenciais com os novos parâmetros definidos.

Desembargador FERNANDO TOURINHO DE OMENA SOUZA
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas

Desembargador DOMINGOS DE ARAÚJO LIMA NETO
Corregedor-Geral da Justiça do Estado de Alagoas

Subdireção Geral

SUBDIREÇÃO GERAL

PORTARIA DE DESIGNAÇÃO DE GESTORES E FISCAIS Nº 027/2024

Processo Administrativo nº 2021/608

Data: 30 de janeiro de 2024

Contratado: I P DE SOUZA SAUDE AMBIENTAL EIRELI

Objeto: prestação do serviço de controle de pragas (desinsetização, descupinização, desratização) para atender as necessidades das unidades do Poder Judiciário do Estado de Alagoas.

CONTRATO Nº 004/2021